



DECISÃO

PROCESSO SEI 002604-47.2018.8.23.8000

ASSUNTO: Homologação – Pregão Eletrônico nº 11/2018 – registro de preços para eventual contratação de empresa para o fornecimento e montagem de móveis projetados para os Salões dos Júris do Tribunal de Justiça

1. Vieram os autos para homologação do procedimento licitatório realizado através do Pregão Eletrônico nº 11/2018.
2. Considerando o atendimento dos requisitos legais e editalícios, acolho o Parecer Jurídico do SG/NUJAD nº 196/2018, bem como a manifestação da Coordenadora do Núcleo Jurídico Administrativo (eventos nºs 0352299 e 0353110) e, com fundamento no art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, c/c o art. 4º, inciso III, da Portaria TJRR nº 1055/2017 e na previsão contida no Projeto Simplificar, **homologo** o processo licitatório realizado na modalidade **Pregão Eletrônico**, registrado sob o **nº 11/2018**, cujo objeto é a formação de registro de preços para eventual contratação de empresa para o fornecimento e montagem de móveis projetados para garantir os Salões dos Júris do Tribunal de Justiça do Estado, nas quantidades e especificações constantes no Termo de Referência nº 14/2018 (evento nº 0318759) – Anexo I do Edital de Licitação nº 0334209/2018 (evento nº 0334209), posto que processado em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, as Resoluções TJRR nºs 026/2006 e 08/2015, e, subsidiariamente, com a Lei nº 8.666/93, cujo grupo I foi adjudicado à **empresa ANDREA DA COSTA FERREIRA EIRELI, no valor total de R\$ 77.508,70** (setenta e sete mil, quinhentos e oito reais e setenta centavos).
3. Visando dar celeridade na tramitação dos procedimentos administrativos, **autorizo**, desde já, a aquisição dos eventuais pedidos decorrentes da ARP, desde que guardem correlação com os objetos registrados, respeitando suas quantidades e especificações, bem como que se demonstre a regularidade da empresa beneficiária da Ata e mediante a informação de disponibilidade orçamentária para o atendimento das despesas, devendo-se, oportunamente, emitir os correspondentes empenhos e dar publicidade das contratações decorrentes da ARP.
4. À Chefe de Gabinete para providenciar a homologação no respectivo site de licitações. Abra-se prazo para cadastro de reserva.
5. Publique-se.
6. Após, à **Secretaria de Gestão Administrativa** para lavratura da Ata de Registro de Preços e demais providências necessárias.

Boa Vista – RR, 06 de junho de 2018.

Elízio Ferreira de Melo
Secretário-Geral



Documento assinado eletronicamente por **ELIZIO FERREIRA DE MELO**, **Secretário Geral**, em 07/06/2018, às 06:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0353121** e o código CRC **9ECAE190**.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA - GABINETE DA SECRETARIA GERAL. Palácio da Justiça. Praça do Centro Cívico, n.º 296 - Bairro Centro - CEP 69301-380 - Boa Vista - RR. Telefones: - @fax_unidade@, email: - <http://www.tjrr.jus.br/>.